

Nacionalização da Banca (1975)

Em 11 de março de 1975 Portugal viveu uma nova tentativa de golpe de Estado, dirigido pela facção político-militar do ex-presidente António Spínola. Tomando por base informação enviada pelos serviços secretos espanhóis, onde se referia a preparação de um golpe de Esquerda e daquilo que ficou conhecido como a «matança da Páscoa» (uma operação que pretendia abater um conjunto de empresários, militares e políticos de Direita), Spínola avançou com a preparação de um novo golpe militar.

Os acontecimentos desse dia 11 de março são hoje amplamente conhecidos: «o ataque aéreo ao Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1 (levado a cabo cerca das 11h45 por aviões da Base Aérea n.º 3); o cerco das tropas paraquedistas do Regimento de Caçadores Paraquedistas de Tancos ao Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1; a prisão do comandante-geral e outros oficiais da Guarda Nacional Republicana, no Quartel do Carmo; as tentativas de Spínola de aliciar Jaime Neves, Almeida Bruno e outros para aderirem ao golpe; os apelos à mobilização popular da Intersindical; a organização de piquetes de trabalhadores junto de alguns Bancos e da Emissora Nacional; o ataque ao Rádio Clube Português, em Porto Alto, etc.» (AFONSO *et al.*, 2015: s. p.)

No princípio da tarde, Spínola encontrava-se derrotado e viu-se obrigado a fugir para Espanha. No entanto, além da derrota militar, esta tentativa de golpe teve como resultado um conjunto de medidas que marcaram profundamente o trajeto do processo revolucionário.

Através da Lei n.º 5/75 foram extintos a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e instituídos o Conselho da Revolução e a Assembleia do Movimento das Forças Armadas. A par desta lei foram, igualmente, publicados o Decreto-Lei n.º 132-A/75, de 14 de março, e o Decreto-Lei n.º 135-A/75, de 15 de março, onde se decretou a nacionalização da maioria das instituições bancárias e as companhias de seguros, respetivamente.

No caso de Setúbal, apesar de a imprensa não se ter focado, exclusivamente, nas medidas concretas já referidas, é visível uma «especial sensibilidade para estes acontecimentos» (COSTA, 2017: 51), fruto dos gravíssimos incidentes ocorridos em 7 de março durante o comício do então Partido Popular Democrático (PPD). Isso está patente na reportagem realizada durante a madrugada nos diversos piquetes em defesa da revolução, onde se fez o balanço em empresas como a Socel, Setenave, Movauto e Entrepasto (*O SETUBALENSE*, 1975, 12 de março: 6). Mas, igualmente, no acompanhamento das tomadas de posição dos partidos políticos como, por exemplo, o MDP/CDE, em cujo comício, em Setúbal, se refere a relevância da nacionalização da banca como «a medida revolucionária mais elevada que jamais se tomou em Portugal, pois esta sempre foi o ponto de apoio do capitalismo» (*Ibidem*, 1975, 21 de março: 8). **[JS]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Somague/Setenave. Assegura-se a integridade das unidades fabris.

Somague/Setenave. Assegura-se a integridade das unidades fabris, *O Setubalense*, 12/3/1975, p. 6



«Considerando a necessidade de concretizar uma política económica antimonopolista que sirva as classes trabalhadoras e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas (...))»

Artigo 1.º - 1. São nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no continente e ilhas adjacentes (*DIÁRIO DO GOVERNO*, 14 de março 1975).